

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados podem ter "reforma tributária forçada", afirma IFI.....2

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sanção de PLP18 não muda vigência de liminar de Mendonça.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Na mesa, planos para interferir na Petrobras.....4

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Colômbia à esquerda (Editorial).....6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes avisa que reajuste salarial para servidores federais virá só em 2023.....7

FOLHA ONLINE - SP - ELEIÇÕES 2022  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT estuda novo PAC e mais subsídios para habitação.....8

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro compara esquerdista eleito na Colômbia a Lula.....11

O GLOBO - RJ - RIO  
ECONOMIA

Novo plano fiscal se arrasta até o último minuto.....12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Levantamento da FGV mostra perda de dinamismo da indústria desde 1990.....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Em evento do BNDES, Guedes cobra dívida do banco.....14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

A fila dos pobres e pobreza da política (Editorial).....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Juros de títulos prefixados já têm inflação embutida de 6,5%.....17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Lucro da Petrobras está na mira do Congresso.....20

# Estados podem ter "reforma tributária forçada", afirma IFI

*Anais Fernandes De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1)

# Sanção de PLP18 não muda vigência de liminar de Mendonça

*Luísa Martins e Renan Truffi De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187249?page=1&section=1)

# Na mesa, planos para interferir na Petrobras

**Táisa MedeirosRaphael Felice**

Após o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, renunciar ao cargo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entrou em cena para tentar interferir na estatal e frear a escalada de preço dos combustíveis. Ele se reuniu, ontem, com lideranças partidárias e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em busca de propostas.

Ainda não há um consenso sobre quais medidas devem ser adotadas, mas foram apresentadas ideias, e Lira tem duas reuniões marcadas para hoje: de manhã, com integrantes da oposição e da minoria; à tarde, com a base governista. Há, ainda, a intenção de instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar a petroleira (leia reportagem abaixo).

Uma das sugestões do presidente da Câmara é fazer alterações na Lei das Estatais, por meio de medidas provisórias, que ele cobra serem editadas pelo governo. "Os assuntos infraconstitucionais poderiam ser resolvidos mais rapidamente por meio de medidas provisórias, que poderiam alterar alguns aspectos da Lei 13.303, ou Lei das Estatais, que permitiriam maior sinergia entre estatais e governo", afirmou Lira. "O que se aprovou lá atrás, muito ainda no rebote das situações que o Brasil passou, acabou transformando as estatais em seres autônomos e com vida própria e que são, muitas vezes, dissociadas do governo do momento", acrescentou.

Outra alternativa discutida na reunião de líderes foi o aumento da taxa de lucro da empresa, a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), e alternativas à política de preços da Petrobras, hoje indexada ao dólar - o preço de paridade internacional (PPI). Lira sugere dobrar a taxa e, assim, reverter recursos para a população, sem que entre no caixa do governo.

## Conta de estabilização

A pedido de Rodrigo Pacheco, foi trazido também ao debate o PL 1.472. O projeto, aprovado no começo do ano pelo Senado, prevê a criação de uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis. O texto, porém, acabou não avançando na Câmara. Agora, Lira afirmou que vai conversar com líderes a respeito da proposta.

À noite, Pacheco postou no Twitter: "Fui convidado

pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, para participar da reunião de líderes da Câmara que tratou de medidas para reduzir o preço dos combustíveis. Ouvi as diversas ideias a respeito do tema e as levarei para a consideração dos líderes do Senado".

## Conselho

A saída de Mauro Coelho também deixou o caminho aberto para o Executivo mudar a cúpula da estatal e, assim, interferir na política de preço dos combustíveis.

No início do mês, por meio do Ministério de Minas e Energia, o governo indicou para a presidência da estatal Caio Paes de Andrade, secretário de Desburocratização do Ministério da Economia. A pasta listou outros nove nomes para integrar o Conselho de Administração - quatro deles já compõem o colegiado. Os indicados ainda têm de ser avaliados em assembleia de acionistas.

Para o cientista político do Insper Leandro Consentino, a troca de comando na Petrobras gera mais instabilidade para a estatal, o que pode acarretar maior aumento no preço dos combustíveis. "Sob o governo Bolsonaro, já houve três presidentes na Petrobras. São sinalizações muito ruins para o mercado. Essa troca é uma tentativa de terceirizar a responsabilidade do reajuste dos combustíveis, tentar achar um culpado, um bode expiatório para que o governo não assuma mais esse, sobretudo junto ao eleitorado no ano que ele está tentando viabilizar a sua reeleição", afirmou.

## Críticas de deputados

A Petrobras foi o tema principal dos discursos no plenário da Câmara na sessão de ontem, data da renúncia do presidente da estatal, José Mauro Coelho, após críticas sobre o sucessivo aumento de preços dos combustíveis.

Diversos parlamentares criticaram a política de preços da Petrobras atrelada aos praticados no exterior, o chamado preço de paridade de importação (PPI), e a atuação do governo federal, que tem voto majoritário no conselho da estatal e é responsável pela indicação do presidente da Petrobras.

O deputado Enio Verri (PT-PR) avaliou que a saída de Mauro Coelho não vai afetar a decisão de subir os preços nas bombas.

"O preço do combustível hoje não está ligado de maneira nenhuma à administração da Petrobras.

A política de preços de paridade internacional nada mais é do que uma política indicada pelo presidente da República e pelo seu ministro da Economia, Paulo Guedes", criticou.

O deputado Célio Moura (PTTO) disse que os parlamentares já sabiam que projetos votados no Congresso para diminuir **impostos** dos combustíveis não teriam efeito no valor ao consumidor diante da política de preços.

"Mesmo votando a favor, sabíamos que baixar os **impostos** dos estados não iria funcionar", declarou.

O deputado Fábio Trad (PSD- MS) afirmou que o governo é o responsável pela crise. "Quem escolhe o presidente da empresa e a maioria do conselho deliberativo é a Presidência da República.

Portanto, de nada adianta mudar o presidente da estatal, mudar a maioria do conselho deliberativo.

É preciso mudar a política da formação de preços dos combustíveis", disse. (Agência Câmara)

# Colômbia à esquerda (Editorial)

Apesar de uma campanha repleta de ataques e discursos apocalípticos de ambos os lados, o segundo turno da eleição presidencial na Colômbia transcorreu sem maiores sobressaltos, consagrando como vitorioso Gustavo Petro.

Ele venceu o candidato populista Rodolfo Hernández por um placar apertado de 50,4% a 47,3%, no pleito mais acirrado dos últimos 28 anos. Tendo disputado o cargo pela terceira vez, o ex-prefeito de Bogotá vai se tornar agora o primeiro líder de esquerda da história do país sul-americano. Adicionalmente, conta com uma mulher negra como vice, Francia Márquez.

Para alcançar esse triunfo inédito, Petro precisou, mais do que superar seu adversário, vencer as resistências que seu passado de ex-integrante do grupo rebelde M-19, desmobilizado em 1990, ainda geram num país traumatizado por décadas de conflitos envolvendo guerrilhas armadas de esquerda.

Procurou afastar-se de regimes ditatoriais do continente, como Cuba e Venezuela, e, ao contrário do que fez nos pleitos anteriores, apresentou-se com perfil mais moderado, buscando articular acordos com setores empresariais.

Assim como em outras eleições recentes na América do Sul, a votação colombiana foi marcada pela rejeição ao establishment político e por um forte desejo de mudança -o que pode ser medido, numa nação em que o voto não é obrigatório, pela maior participação eleitoral desde a década de 1970.

Petro governará um país que, embora venha conseguindo se recuperar economicamente do tombo sofrido durante a pandemia, ainda sofre seus efeitos sociais nocivos.

Se o Produto Interno Bruto da Colômbia registrou em 2021 o maior crescimento de sua história (10,6%), hoje cerca de 40% da população vive na pobreza e o desemprego alcança 12%.

Além da urgência de enfrentar tal situação, o ex-prefeito de Bogotá assume a Presidência com uma agenda ambiciosa de reformas.

Dentre seus principais objetivos, destaca-se a promessa de diminuir a dependência de petróleo e carvão, tornando o país um modelo de combate à mudança climática na região. Ele também busca implementar uma reforma agrária, aumentar os

**impostos** dos colombianos mais ricos e renegociar tratados de livre-comércio.

A isso se soma a reestruturação dos sistemas de saúde e educação, bem como a implementação de pontos do pacto que resultou no fim das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Concorre contra tais pretensões a escassa base de apoio parlamentar obtida por Gustavo Petro. Sua coalizão, Pacto Histórico, dispõe de menos de um quinto dos assentos do Congresso bicameral.

Afora o caso do Brasil, onde Jair Bolsonaro (PL) buscará uma reeleição difícil, a esquerda tem obtido triunfos nas maiores economias latino-americanas - México, Argentina, Chile, Peru e, agora, Colômbia. Já as condições atuais de governo, num mundo de pandemia, **inflação** e risco de recessão, são hostis a todas as ideologias.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49949>

# Guedes avisa que reajuste salarial para servidores federais virá só em 2023



Correio Braziliense

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, ontem, que os **servidores públicos** devem ter aumento de salário somente no próximo ano. A declaração foi feita durante o evento em comemoração aos 70 anos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro.

Segundo Guedes, com a redução de gastos com a pandemia, o aumento da produtividade e a maior oferta de serviços digitais para a população, é possível aumentar os salários dos servidores. "Os governos passados contrataram 160 mil pessoas liquidamente. Se aposentam, por ano, de 20 mil a 30 mil por ano. Fizemos o contrário. Os servidores se aposentaram e nós digitalizamos os serviços. A produtividade subiu e pode haver aumento de salário brevemente", explicou.

O governo, inicialmente, queria dar reajustes salariais somente para policiais federais e rodoviários federais? uma das bases eleitorais do presidente Jair Bolsonaro (PL). Porém, o restante do funcionalismo não aceitou a discriminação e exigiu a mesma benesse.

Algumas categorias, como os servidores do Banco Central e os auditores fiscais da **Receita Federal**, decidiram cruzar os braços em protesto. Foi quando o Palácio do Planalto decidiu conceder um reajuste linear de 5% a todo funcionalismo, percentual que não foi aceito. Desde então, há um impasse entre o governo e os servidores.

Rasteira

No mesmo evento, Guedes afirmou ontem que a

diretoria jurídica do BNDES "aplicou uma rasteira" no governo no processo de pagamento dos empréstimos que aumentaram o capital da instituição em mais de R\$ 400 bilhões. Segundo o ministro, o jurídico do banco apresentou ao Tribunal de Contas da União (TCU) o argumento de que teria prejuízo se devolvesse ao governo todos os recursos aportados para o aumento de capital.

"A capitalização do BNDES foi feita por meio de um empréstimo com taxa fixa. Quando a **inflação** sobe, aumenta o subsídio. O Brasil está subsidiando o BNDES. O jurídico do BNDES teve a coragem de ir ao TCU para convencer a Corte de que é o contrário. E o TCU caiu. Falaram que devolver o dinheiro agora implicaria perda ao banco. É o contrário. Estão se beneficiando do subsídio. Vocês deveriam estar devolvendo esses recursos. O Brasil está em guerra", disse o ministro, para constrangimento na plateia. Segundo Guedes, o BNDES já pagou R\$ 260 bilhões e ainda deveria outros R\$ 140 bilhões ao governo.

Em abril, em uma entrevista, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, informou que a dívida ainda seria de R\$ 98 bilhões. Na ocasião, ele disse que esperava receber R\$ 13 bilhões neste mês e outros R\$ 17 bilhões até o fim do ano. Assim, o BNDES deveria devolver R\$ 30 bilhões em 2022, menos do que os R\$ 54 bilhões previstos no acordo com a equipe econômica.

Caso o banco pague os R\$ 30 bilhões em 2022, o saldo de R\$ 68 bilhões ficaria aberto para pagamento nos próximos anos. A disputa envolvendo o Tesouro Nacional e o BNDES chegou ao TCU, que estipulou um cronograma para a devolução dos recursos.

A operação sempre foi alvo de resistência do banco, que contava com parte dos títulos repassados pelo Tesouro no seu caixa, reforçando o seu lucro.



# PT estuda novo PAC e mais subsídios para habitação

**Julia Chaib**

Nas discussões para o plano de governo da chapa Lula-Alckmin, o PT tem desenhado um programa de obras nos moldes do antigo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A intenção agora é dar a ele um selo ambiental.

O PAC foi criado em 2007, no segundo mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para aumentar o investimento público, e foi um dos carros-chefe da primeira campanha de Dilma Rousseff, apresentada como "a mãe do PAC".

O programa colocou dinheiro em projetos de grande porte, como aeroportos, sistemas de saneamento e a usina hidrelétrica de Belo Monte -mas também foi alvo de críticas por atrasos nos cronogramas e outros problemas, inclusive ambientais, em contraste com o discurso atual do partido.

A ideia que tem sido traçada pela campanha de Lula deve prever a reedição de um volumoso plano de investimentos, especialmente em infraestrutura, a ser formulado junto com prefeitos e governadores.

A reformulação do PAC em estudo pelo partido busca dar uma cara mais sustentável aos projetos e obras do pacote a serem lançados em eventual novo governo do petista. Uma das ideias é priorizar ferrovias e hidrovias para reduzir o peso das rodovias na malha de transporte do país.

Isso está alinhado ao plano de integrantes da campanha de Lula para vender o Brasil como uma potência verde. Integrantes da equipe da elaboração do programa dizem que pode, inclusive, ser criado um novo programa ou marca com esse mote.

Segundo Pedro Ivo, que representa a Rede nas discussões, a intenção é fazer como o governo do presidente Joe Biden, nos Estados Unidos, uma reestruturação de políticas ambientais para se contrapor ao presidente Jair Bolsonaro (PL).

Para isso, a proposta é que a agenda da sustentabilidade seja transversal e sirva de linha mestra para políticas e projetos estruturantes de uma eventual gestão Lula.

"Essa é uma diretriz dada pelo próprio Lula desde o começo das conversas", diz Ivo.

Foram incluídas nas diretrizes a meta de um "desmatamento líquido zero" durante quatro anos, que propõe ainda recompor áreas que tiverem sido desmatadas, e o combate à devastação ilegal.

A ideia, dizem petistas, é que o olhar para o ambiente e o combate ao desmatamento na Amazônia aumente a projeção do Brasil internacionalmente e coloque o país no "centro da agenda ambiental global".

"Achamos que um novo governo Lula precisa recompor uma série de políticas públicas que foram destruídas e são importantes para a população, mas nós temos que pensar no futuro também", afirma à Folha a ex-ministra Miriam Belchior, que participa da formulação do plano de governo petista.

"A gente precisa também ver quais são os novos desafios para o Brasil. Não é só repetir. Nós temos que ir além do que já foi feito, e a transição ecológica é um desses elementos", diz.

O PAC representou uma mudança de atuação da administração federal: o investimento público, especialmente em infraestrutura, foi visto como o motor do crescimento econômico.

No entanto, o programa foi ao longo do tempo criticado por problemas como atrasos, falta de conclusão das obras, elevação dos preços durante a execução, abandono por parte das construtoras, entraves dos empreendimentos na fase de estudos ou licitação e aceleração de gastos públicos. Foi no fim da era petista que as contas públicas começaram a ter déficit, o que é apontado como um dos fatores da crise econômica no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

A campanha de Lula avalia que, no atual cenário, o país só voltará aos rumos do crescimento se o dinheiro público for aplicado em investimentos, obras e também na área social para reduzir a desigualdade e estimular o consumo interno.

O mote de preservação ambiental deverá alcançar mesmo medidas setoriais, como o programa habitacional -que deve voltar a se chamar Minha Casa,



Minha Vida (que ficava dentro do PAC). A ideia é ampliar o reaproveitamento de água nos condomínios habitacionais, o tratamento de esgoto e a reciclagem.

Além de retomar a marca na política habitacional, a campanha de Lula também defende que o programa amplie os gastos destinados à população mais carente.

Aliados de Lula avaliam que o Casa Verde e Amarela - vitrine do presidente Bolsonaro na construção de moradias- precisa ser reformulado para aumentar os subsídios dados na construção de residências para os beneficiários de menor renda. A avaliação é que, como está, o programa de Bolsonaro acaba por beneficiar a classe média.

Ao extinguir o Minha Casa, Minha Vida , o governo Bolsonaro acabou com as condições dadas à faixa 1 do antigo programa de marca petista. Esse segmento era para famílias com renda bruta de até R\$ 1.800 por mês (valor usado em 2020), que poderiam assinar contratos com subsídio de até 90% do valor do imóvel, sem juros.

Politicamente, a prioridade da agenda ambiental no programa de Lula tem como objetivo agradar a partidos aliados e tentar atrair o apoio da ex-senadora Marina Silva (Rede).

A sustentabilidade está na agenda de investidores estrangeiros e é crucial para fechar acordos com outros países.

"De 4 famílias que não têm casa ou moradia, 3 estão na faixa de renda até R\$ 2.000 . Há enorme concentração nessa faixa de renda, que tem uma pequena capacidade de pagamento. O único jeito de essas famílias terem acesso à moradia é aumentar o subsídio para que encaixe com a renda que elas têm", disse Belchior.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins, avalia que a volta de subsídios para a população mais carente é uma mudança positiva nos rumos do setor, mas defende que a proposta a ser desenhada pelo partido também apresente soluções para problemas existentes no antigo Minha Casa, Minha Vida.

"É muito importante ter esse foco na população que, muitas vezes, não tem condição de pagar pela casa. Mas, além do lado social, temos que olhar para o gasto público e também para outras questões [da versão anterior do programa], como a qualidade e localização dos empreendimentos", afirmou Martins.

No Minha Casa, Minha Vida, a inadimplência entre os

beneficiários mais pobres era considerada alta apesar das condições favoráveis para quitação do contrato. O atraso no pagamento das parcelas desse segmento aumentou de 2014 a 2021, chegando próximo de 50% dos beneficiários.

Outro problema apontado no programa de marca petista foi a demora na conclusão das obras. O governo Bolsonaro praticamente interrompeu a assinatura de novos contratos da Faixa 1 e então aplicou os recursos na conclusão de empreendimentos inacabados.

Lançado em 2020 para dar uma digital de Bolsonaro na área habitacional, o Casa Verde e Amarela encerrou a oferta de casas com subsídios nos moldes do Faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida e tem passado por dificuldades financeiras .

No ano passado, o programa correu o risco de ser paralisado por falta de verba. Diante do aumento do custo no setor de construção civil , o programa tem apresentado resultados menores que em anos anteriores.

Pré-candidato à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro tem apresentado propostas para seu novo plano de governo em discursos e declarações nos últimos meses -mas ainda não há uma coordenação para a área econômica na campanha eleitoral.

O projeto citado pelo presidente e pelo ministro Paulo Guedes (Economia) tem sido na linha de acelerar as privatizações, incluindo na lista até a Petrobras, maior estatal do país.

No entanto, há pressão dentro do governo por uma flexibilização da agenda liberal em eventual segundo mandato.

Bolsonaro já admitiu estudos para a revisão do teto de gastos (regra que impede o crescimento das despesas federais acima da **inflação**). A proposta seria deixar alguns tipos de despesas sem a trava.

Recentemente, Guedes também voltou a defender o avanço na venda de estatais como os Correios, e de ativos e imóveis da União. Com esses recursos, a ideia é abastecer um fundo para investir em infraestrutura e ampliar a transferência de renda para os mais pobres.

Na área trabalhista, a promessa ainda é de corte de encargos. O ministro não conseguiu avançar na desoneração da folha de pagamentos para baratear o custo de contratação de funcionários.

Também faz parte desse projeto a chamada Carteira

Verde e Amarela, que esteve na promessa de campanha de 2018 e também prevê menos encargos trabalhistas -mas não saiu do papel por falta de apoio político e discordâncias sobre como compensar as perdas de arrecadação.

Os planos da equipe econômica também preveem uma **reforma tributária**, que chegou a ser fatiada pelo governo, mas -mesmo assim- houve resistência no Congresso.

Se Bolsonaro for reeleito, há a ideia de se tentar aprovar algumas propostas, como a minirreforma do IR (Imposto de Renda), ainda no fim deste ano. O projeto chegou a ser aprovado pela Câmara e travou no Senado.

Com a proposta, haveria uma redução da carga tributária das empresas, além da retomada da taxaço de lucros e dividendos.

Outra proposta reciclada é a de criar um regime de capitalização para a **Previdência Social**. Nesse modelo, cada trabalhador faz a própria poupança.

Além do teto de gastos, a agenda liberal de Guedes tem sofrido pressão para que seja flexibilizada em relação ao tamanho da máquina pública. Aliados de Bolsonaro querem ampliar o número de ministérios. Bolsonaro já sinalizou a recriação do Ministério da Pesca e até da Indústria e Comércio , que foi incorporado à pasta da Economia no atual governo.

O que está em estudo na pré-campanha de Lula:

O que tem sido defendido na pré-campanha de Bolsonaro:

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/pt-estuda-novo-pac-e-mais-subsidios-para-habitacao.shtml>

# Bolsonaro compara esquerdista eleito na Colômbia a Lula

Ainda sem ter parabenizado o presidente eleito da Colômbia, o esquerdista Gustavo Petro, o presidente Jair Bolsonaro criticou nesta segunda-feira (20/06) o discurso do futuro líder colombiano e aproveitou para compará-lo ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seu discurso de vitória, Petro defendeu a libertação de jovens que foram detidos durante uma onda de protestos no ano passado. As manifestações eclodiram após uma proposta de **reforma tributária** e passaram a exigir melhores condições de vida para a população e uma distribuição de renda mais justa. Mais de 60 pessoas morreram nos protestos, sendo que 59 eram civis. A violência das forças de segurança contra os manifestantes foi alvo de críticas internacionais.

Quanta gente morreu, quanta gente está presa hoje, quantos jovens algemados, tratados como bandidos só porque tinham esperança, só porque tinham amor. Peço ao procurador-geral da nação que liberte a nossa juventude , disse Petro após sua vitória.

Em uma conversa com apoiadores, Bolsonaro generalizou a fala de Petro e alegou que Lula iria fazer o mesmo se fosse eleito, remetendo a uma declaração do ex-presidente que tem sido propagada por bolsonaristas.

Vocês viram o discurso de hoje do novo presidente da Colômbia? Soltar todos os meninos presos, todos . O Lula vai soltar os menininhos que mataram alguém por um celular para tomar uma cerveja , disse Bolsonaro.

## Declarações de Lula

Bolsonaro fez referência a duas falas de Lula. Numa delas, que foi editada e circula em redes bolsonaristas, o ex-presidente supostamente defendia tomar uma cerveja com ladrões de celulares - o que não é verdade.

Na outra, de 2018, Lula afirmou: Não posso ver o aumento do número de gente dormindo na rua. Não posso ver o aumento do número de mulheres jovens vendendo o corpo em troca de um prato de comida. Não posso ver mais jovem de 14 e 15 anos assaltando e sendo violentado, sendo assassinado pela polícia, às vezes inocente ou porque roubou um celular.

Sem dar parabéns

Bolsonaro é um dos poucos líderes mundiais que ainda não parabenizou Petro pela vitória. Ao ser questionado por apoiadores sobre a eleição na Colômbia, o presidente se confundiu e disse que Petro foi um ex-guerrilheiro do MIR - um grupo do Chile. Petro, no entanto, fez parte do M-19, uma organização de guerrilha urbana colombiana.

Ao evitar parabenizar o presidente eleito e apenas fazer críticas, Bolsonaro segue a tática que adotou após a eleição de candidatos de esquerda na Argentina, Alberto Fernández, e no Chile, Gabriel Boric.

cn/lf (ots)

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-compara-esquerdista-eleito-na-colombia-a-lula,26b220125232cd2bae9d87c4e1e04a59bjlclgc.html>

# Novo plano fiscal se arrasta até o último minuto

**LUIZ ERNESTO MAGALHÃES**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Levantamento da FGV mostra perda de dinamismo da indústria desde 1990

**DANIELA AMORIM RIO**

A perda de fôlego da indústria de transformação na economia brasileira é generalizada.

Praticamente todos os ramos industriais - 12 de 14 pesquisados - reduziram sua participação na economia desde a década de 1990, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) obtido com exclusividade pelo Estadão/ Broadcast.

Considerando uma média de participação nas três últimas décadas, a indústria de alimentos e bebidas, por exemplo, reduziu sua fatia na geração do **PIB** de uma média de 2,9%, de 1990 a 1999, para 2,7% de 2000 a 2009, recuando para 2,2% entre 2010 e 2019. No mesmo período, a indústria têxtil viu sua contribuição encolher de 1% para 0,5% e, depois, para apenas 0,3%; a de artigos de vestuário e acessórios passou de 1% para 0,6% e, na sequência, para 0,5%; já a da indústria de siderurgia, que era de 1,7% entre 1990 e 1999, encolheu para 1,5% e, depois, para 1,3%.

As únicas exceções entre as 14 atividades pesquisadas foram os segmentos de veículos e de calçados, que tampouco registraram expansão: ficaram estagnados ou encolheram ante a década imediatamente anterior.

O ramo de veículos, peças e outros equipamentos de transportes passou de uma fatia média de 1,1%, entre os anos 1990 e 1999, para 1,4% de 2000 a 2009; mas recuou para 1,2% de 2010 a 2019. No mesmo período, o segmento de artefatos de couro e calçados saiu de 0,3% para 0,4%, retornando a 0,3%.

"A queda na produtividade tem a ver com máquinas menos eficientes, treinamento ineficaz de trabalhadores, alcance da educação, problemas estruturais", disse Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre/FGV.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em evento do BNDES, Guedes cobra dívida do banco

**I ANTONIO TEMÓTEO, LORENNNA RODRIGUES e VICINIUS NEDER**

que contava com parte dos títulos repassados pelo Tesouro no seu caixa, reforçando o seu lucro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a diretoria jurídica do BNDES "aplicou uma rasteira" no governo no processo de pagamento dos empréstimos que aumentaram o capital da instituição em mais de R\$ 400 bilhões.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

As críticas foram feitas em evento de comemoração dos 70 anos do próprio banco.

Segundo o ministro, o jurídico do BNDES apresentou ao Tribunal de Contas da União (TCU) o argumento de que teria prejuízo se devolvesse ao governo todos os recursos aportados para o aumento de capital.

"A capitalização do BNDES foi feita por meio de um empréstimo com taxa fixa. Quando a **inflação** sobe, aumenta o subsídio. O Brasil está subsidiando o BNDES", disse Guedes.

"O jurídico do BNDES teve a coragem de ir ao TCU para convencer o TCU de que é o contrário. E o TCU caiu. Falaram que devolver o dinheiro agora implicaria perda ao banco.

É o contrário. Estão se beneficiando do subsídio. Vocês deveriam estar devolvendo esses recursos, o Brasil está em guerra." Segundo Guedes, o BNDES já pagou R\$ 260 bilhões e ainda deveria outros R\$ 140 bilhões ao governo.

Em abril, em entrevista ao Estadão/Broadcast, o secretário do Tesouro, Paulo Valle, informou que a dívida ainda seria de R\$ 98 bilhões. Na ocasião, Valle disse que esperava receber R\$ 13 bilhões neste mês e outros R\$ 17 bilhões até o fim do ano. Assim, o banco deveria devolver R\$ 30 bilhões em 2022, menos do que os R\$ 54 bilhões previstos no acordo com a equipe econômica.

Caso o BNDES pague os R\$ 30 bilhões ainda este ano, o saldo de R\$ 68 bilhões ficaria aberto para pagamento nos próximos anos. A disputa envolvendo o Tesouro Nacional e o BNDES chegou ao TCU, que estipulou um cronograma para a devolução dos recursos.

A operação sempre foi alvo de resistência do banco,

# A fila dos pobres e pobreza da política (Editorial)



Desemprego, **inflação** e empobrecimento fazem crescer, mês a mês, a fila de pessoas em busca do Auxílio Brasil, enquanto o presidente Jair Bolsonaro briga com a Petrobras por causa dos preços dos combustíveis.

A fila mais que dobrou entre março e abril. Em um mês, passou de 1,308 milhão para 2,788 milhões de famílias, ou, por outro critério, de 2,450 milhões para 5,302 milhões de pessoas. Candidato à reeleição, o presidente extinguiu o Bolsa Família e tentou, com a criação do Auxílio Brasil, ter um grande programa social com a sua marca.

Mas também nessa área falhou a sua administração, assim como na economia, na saúde, na preservação do ambiente e na defesa de fronteiras contra o crime internacional.

A fila dos pobres em busca de ajuda nunca foi zerada. Chegou a diminuir, entre novembro e janeiro, de 3,189 milhões de famílias para 434 mil, mas logo voltou a crescer, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), principal fonte - diante da omissão do Ministério da Cidadania - de informações sobre o assunto.

A omissão reflete o padrão geral da administração Bolsonaro. Essa administração se relaciona duplamente com a longa fila de gente à espera de

ajuda. Além de ser incapaz de atender as famílias candidatas, o presidente da República é responsável, juntamente com seus auxiliares, pela falta de rumo da economia, pela insegurança dos negócios, pelo continuado aumento da pobreza e pela piora dos indicadores sociais do Brasil.

A fila de famílias em busca do auxílio é parte de um amplo e sombrio cenário.

O quadro inclui desemprego na faixa de 10%, muito superior ao observado nas grandes economias, alta informalidade no mercado de trabalho, estagnação industrial, **inflação** acelerada e grande aumento da pobreza. A fome reapareceu no dia a dia de 33 milhões de brasileiros, 15,4% da população.

Quando o País saiu do Mapa da Fome da ONU, em 2014, havia 9,5 milhões de pessoas, 4,7% da população, sem alimentação regular.

O empobrecimento inclui o retrocesso de outros indicadores. Com a economia sem dinamismo nos últimos dez anos, o Produto Interno Bruto (**PIB**) por habitante ficou no ano passado em R\$ 40.668, abaixo daquele registrado em 2013, R\$ 44.097, num cálculo a preços constantes divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Alguns anos ainda serão necessários para a recuperação daquele valor, se o **PIB** continuar, como se estima, avançando lentamente no futuro próximo.

Não há, por enquanto, razão para esperar crescimento mais veloz, porque o investimento em capacidade produtiva continua muito baixo, exceto na agropecuária. No conjunto da economia, o investimento em máquinas, equipamentos e construções, incluídas obras de infraestrutura, tem ficado abaixo ou pouco acima de 18% do **PIB**.

Faltam seis ou sete pontos para atingir o nível necessário a um dinamismo mais parecido com os padrões de outros emergentes.

O investimento poderia ter sido maior, nos últimos três anos e meio, se o poder central tivesse conseguido avançar nas parcerias com o setor privado ou cumprido uma parte razoável das privatizações prometidas. Pouco se realizou nessa área, além da venda de ações da Petrobras, apesar das promessas grandiosas do principal membro da equipe econômica,



Paulo Guedes.

O setor privado investiu o indispensável à sua manutenção, com empenho muito limitado pelas modestas perspectivas econômicas.

Incapaz de promover o investimento e de animar a economia no curto prazo, a administração Bolsonaro falhou também na preservação da segurança fiscal. Furo o teto de gastos, permitiu a apropriação de parte significativa do Orçamento pelo Centrão e criou incerteza quanto às contas públicas, facilitando a instabilidade cambial e as pressões inflacionárias causadas pela valorização do dólar. O combate real à **inflação** ficou por conta do Banco Central e, portanto, da alta dos juros, mais um obstáculo ao crescimento e ao emprego.

Não há como estranhar, nesse quadro, o aumento da pobreza e da fila dos candidatos a uma ajuda para sobreviver.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Juros de títulos prefixados já têm inflação embutida de 6,5%

**Lucas Bombana** são paulo

Com a nova alta da taxa Selic promovida na semana passada pelo BC (Banco Central), para 13,25% ao ano, os investimentos na classe da renda fixa ganham ainda mais atratividade.

Não é somente o aumento no nível da taxa básica de juros, contudo, que tem contribuído para os rendimentos cada vez mais generosos aos investidores na renda fixa.

A **inflação** corrente em patamares elevados, e a expectativa do mercado de que ela seguirá pressionada ainda por algum tempo, também pesam a favor das taxas de juros de dois dígitos oferecidos pelos títulos públicos prefixados.

Na plataforma digital Tesouro Direto, em que o governo oferece aos investidores pessoa física a negociação de títulos públicos, os papéis prefixados com vencimento para 2025 ofereciam nesta segunda-feira (20) uma taxa de remuneração nominal de 12,58%. No caso dos títulos para 2029, a remuneração subia para 12,69%, e Para 12,81%, entre aqueles com prazo em 2033.

Segundo Felipe Beckel, estrategista-chefe de renda fixa da corretora Necton, está embutida nas taxas dos títulos a **inflação** que os agentes de mercado projetam para os próximos anos.

Beckel diz que essa **inflação** implícita, no jargão de mercado, está em tomo de 6,5% para 2023, chegando a níveis até um pouco mais altos, perto de 6,7%, para os vértices mais longos, de 2025 em diante.

"A **inflação** implícita nos títulos mostra claramente que o BC perdeu a ancoragem das expectativas de **inflação** não somente para este ano e o ano que vem, mas para o médio e longo prazo também", diz.

"Não me lembro de ter visto nos últimos dez anos a **inflação** implícita tão elevada a médio e longo prazo no mercado local", acrescenta Beckel, lembrando ainda que, ao longo da semana passada, em dias de aumento do nervosismo dos investidores, as taxas de **inflação** implícita chegaram a se aproximar de 7,7%.

Sócio fundador e gestor da SF2 Investimentos, Sérgio

Machado afirma que a **inflação** alta não apenas no Brasil, mas em outros países, como nos EUA e grandes economias da Europa, junto a uma série de incertezas no horizonte, com altas de juros nos mercados desenvolvidos, risco de recessão global, Guerra da Ucrânia e eleições no Brasil, contribuem para que a **inflação** implícita nos títulos esteja nos patamares atuais.

Isso porque, conforme aumentam as incertezas no radar dos investidores, tende a aumentar também o prêmio exigido pelo mercado na aquisição dos títulos, explica o especialista.

"Estamos tendo neste mês uma escalada das preocupações quanto ao comportamento da **inflação** futura", diz Machado.

O gestor da SF2 Investimentos afirma que o fato de o BC ter levado a taxa básica de juros para níveis insustentáveis de 2% ao ano em 2020, e, até mais do que isso, tê-la mantido em patamares tão baixos por um período relativamente longo, também tem dado sua contribuição para a desancoragem das expectativas de **inflação** pelos agentes de mercado.

"O BC baixou demais a taxa de juros, e depois teve que correr atrás da curva, como estão correndo os BCs do mundo inteiro. Isso gera uma instabilidade muito grande", afirma Machado, acrescentando que a eleição no Brasil extremamente polarizada também começou a entrar na conta dos analistas nas últimas semanas, colocando uma pressão adicional em um cenário já bastante turbulento.

Operador da equipe de gestão da MAG Investimentos, Ricardo Jorge lembra ainda que, nos últimos comunicados do BC divulgados ao final das reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária), a autoridade indicou que os aumentos promovidos na taxa Selic seriam suficientes para trazer a **inflação** para baixo de forma mais relevante.

E, ainda que uma série de fatores que fogem ao controle do BC tenha pesado para que a **inflação** siga pressionada, o fato é que a credibilidade da autoridade monetária acaba sendo prejudicada, implicando no nível elevado da **inflação** projetada pelo mercado, diz o especialista.

Beckel, da Necton, calcula que uma **inflação** implícita ao redor de 5% a 5,5% seria um nível mais condizente com o cenário macroeconômico esperado à frente, sob uma perspectiva de médio e longo prazo. E, até por conta dessa distorção vigente no mercado, o estrategista-chefe de renda fixa da Necton avalia que há neste momento uma boa oportunidade para o investidor tirar proveito das taxas polpudas oferecidas pelos títulos prefixados.

Estrategista-chefe da Renascença DTVM, Sérgio Goldenstein também avalia que os títulos prefixados tendem a apresentar um desempenho melhor do que os pares durante os próximos meses. "Como a **inflação** implícita está muito alta, a perspectiva é que daqui para frente as taxas prefixadas tenham um rendimento melhor que as das taxas de juros reais das NTN-Bs", diz o especialista.

O estrategista-chefe da Renascença diz ainda que, em momentos nos quais a **inflação** corrente está muito alta, como agora, é comum que o mercado de forma geral extrapole a perspectiva de que ela seguirá em patamares bastante elevados por um longo período.

Ele nota que a **inflação** implícita em torno de 6,5% a 6,7% ao longo dos vértices da curva prefixada de juros está bem acima da meta de **inflação** do BC, e que a tendência é de alguma acomodação dessas taxas um pouco mais à frente. Goldenstein estima que uma **inflação** implícita mais próxima de 4,5% seria um nível considerado mais equilibrado sob uma ótica de médio e longo prazo.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

49

## Evolução do contrato de juros futuros com vencimento em 2033

Taxa do DI 2033, em %



Fonte: Bloomberg

# Lucro da Petrobras está na mira do Congresso



Brasília- Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniram, ontem à noite, com líderes de partidos da base do governo Bolsonaro e da oposição para começar a discutir a adoção de medidas sobre a política de preços da Petrobras, principalmente contenção de reajustes de combustíveis. O último aumento levou à renúncia ontem do presidente da empresa, José Mauro Coelho. Hoje, eles se encontram novamente. Na pauta, estão várias propostas, que passam por mudanças na lei das estatais, taxaço do lucro de acionistas e novas regras de composição dos conselhos dessas empresas. Essas alterações, segundo ele, devem ser feitas por medidas provisórias e não por projetos ou por propostas de emenda à Constituição, para agilizar a tramitação. Medida provisória é um instrumento editado pelo governo que precisa ser aprovado pelo Congresso em até 120 dias.

Após a reunião em sua residência oficial, Lira fez rápido pronunciamento à imprensa. "Há um sentimento quase unânime de todos os líderes que participaram dessa reunião de que o governo federal tem que se envolver também diretamente nessas discussões. Em vez, por exemplo, de a gente estar formatando uma PEC nos assuntos que sejam constitucionais ou de projetos de lei nos assuntos que são infraconstitucionais, os infra-constitucionais possam ser resolvidos mais rapidamente através de medidas provisórias", afirmou. O deputado disse que também está na mesa a discussão - por MP ou outro instrumento legislativo - a edição de um "voucher" para caminhoneiros e a ampliação da abrangência do auxílio gás.

Mais cedo, Arthur Lira afirmou que este não é o

momento de agir com intransigência, ao se referir à crise surgida com novo reajuste nos preços dos combustíveis.

"Não há o que comemorar nos fatos recentes envolvendo a Petrobras. Não há vencedores, nem vencidos. Há só o drama do povo, dos vulneráveis e a urgência para a questão dos combustíveis. A hora é de humildade de todos, hora de todos pensarem em todos e de todos pensarem em cada um. A intransigência não é o melhor caminho. Mas não a admitiremos. A ganância não está acima do povo brasileiro", disse.

Desde sexta-feira, Lira vem criticando a Petrobras. Ele defendeu a renúncia de José Mauro Ferreira Coelho. "Estamos perplexos. Claramente esse anúncio é uma retaliação pela sua demissão. Está fazendo mal ao Brasil e à economia brasileira", afirmou ele logo após o anúncio do aumento de preços. No domingo, o deputado voltou à carga. "Não queremos confronto, não queremos intervenção. Queremos apenas respeito da Petrobras ao povo brasileiro. Se a Petrobras decidir enfrentar o Brasil, ela que se prepare: o Brasil vai enfrentar a Petrobras. E não é uma ameaça. É um encontro com a verdade", afirmou ele pelo Twitter. E depois ainda fez outras críticas: "A Petrobras não dá um sinal a diminuir seu lucro de 30%, está trabalhando para pagar dividendos a fundos de pensão internacionais. Não custava nada esperar resultados do que estamos fazendo para diminuir a **inflação** para os mais vulneráveis antes de anunciar novos aumentos".

CRISE A irritação de Bolsonaro e Arthur ocorreu porque a Câmara havia acabado de aprovar na semana passada o Projeto de Lei Complementar 18/22, que limita a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis a 17% nos estados. O parlamentar apontou "falta de sensibilidade" do conselho diretor da Petrobras pelo anúncio do aumento em meio a essa discussão. Já o presidente Bolsonaro foi mais contundente nas críticas. "É uma traição para com o povo brasileiro. O presidente da Petrobras, o diretor e seu conselho traíram o povo brasileiro. O lucro da Petrobras é uma coisa que ninguém consegue entender, algo es- EVARISTO SÁ/AFP túpido. Ela lucra seis vezes mais que a média das petrolíferas de todo mundo", disse. E completou: "A Petrobras, só no

primeiro trimestre deste ano, lucrou R\$ 44 bilhões. Você tem como reduzir essa margem de lucro porque está previsto na lei de estatais".